

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.792 - PA  
(2019/0264859-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : FRANCISCO VINICIUS DE ALMEIDA RIBEIRO  
**ADVOGADO** : THIAGO COSTA LOPES - PA011540  
**RECORRIDO** : ESTADO DO PARÁ  
**PROCURADOR** : ROBERTA HELENA DOREA DACIER LOBATO E  
OUTRO(S)

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso em mandado de segurança interposto por **Francisco Vinicius de Almeida Ribeiro** contra acórdão às fls. 113/127, proferido à unanimidade do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e resumido pela seguinte ementa:

*AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - XII CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS EFETIVOS DE PROMOTOR DE JUSTIÇA E PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - CANDIDATO APROVADO EM TODAS AS ETAPAS DO CERTAME - MÉDIA FINAL NÃO ALCANÇADA - CLÁUSULA DE BARREIRA - LEGALIDADE DA DISPOSIÇÃO EDITALÍCIA - DESCLASSIFICAÇÃO DO IMPETRANTE QUE OBEDECEU O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA ISONOMIA - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - CONDIÇÃO DA AÇÃO NÃO DEMONSTRADA - INDEFERIMENTO DA INICIAL, COM BASE NO ART. 267,1, DO CPC. INTERNO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.*

*I - O Supremo Tribunal Federal (STF), considerou constitucional a utilização da regra de barreira em concursos públicos. (RE) 635739.*

*II - análise dos documentos extraídos dos autos, verifico que embora o candidato tenha alcançado a nota mínima em cada etapa do certame, o mesmo concluiu o certame com a média final de 5,82, consoante a documentação de fls. 21, impondo-se a sua desclassificação, por não ter alcançado a nota mínima (6,0pts), na forma do art. 66. da Resolução n. 05/2014-CPJ c/c a cláusula XII, item 2, do Edital nº 002/2014, do Ministério Público do Estado do Pará (fls. 39).*

*III - As regras (editais) de concurso público devem ser interpretadas sistematicamente, e não de modo isolado,*

# Superior Tribunal de Justiça

*levando-se à conclusão de que, no caso em julgamento, para ser considerado aprovado no certame, o candidato teria que alcançar média 6 (seis) não há como deferir a ordem para considerar aprovado candidato que obteve média final inferior.*

*IV - Direito líquido e certo, para fins de mandado de segurança, tem natureza processual, no sentido de ser comprovado de plano, por prova documental, consubstanciado no art. 112, inciso X, do Regimento interno do TJPB c/c art. 1.º, 6.º, § 5.º, 10, caput, da Lei do Mandado de Segurança e o art. 267, inciso I e VI. do CPC. Precedentes do TJPB.*

*V - Dada a ausência de comprovação inequívoca do direito alegado e a impossibilidade de dilação probatória em sede de ação mandamental, a extinção do processo sem resolução do mérito é medida que se impõe.*

*VI - Agravo interno conhecido e improvido. (fl. 113).*

Nas razões recursais, às fls. 248/264, o recorrente alega *error in procedendo*, ao argumento de que o Tribunal de origem, *"apesar de ter dito que extinguiu o processo sem a apreciação do mérito por ausência de direito líquido e certo, em verdade, a questão de fundo discutida nesse processo foi apreciada em tal decisão"* (fl. 254).

Quanto ao mérito, com o intuito de afastar o fundamento da cláusula de barreira, aduz que *"a cláusula que eliminou o candidato não criava qualquer tipo de limite quantitativo de candidatos, estabelecendo um critério qualitativo – que se reputa arbitrário"* (fl. 261).

Requer, assim, o provimento do recurso.

O Estado do Pará apresentou contrarrazões às fls. 276/285, pelas quais defende a manutenção do acórdão recorrido por sua própria fundamentação.

O Ministério Público Federal, pela Subprocuradora-Geral da República Maria Caetana Cintra Santos, manifestou-se pelo não provimento do presente recurso, consoante o parecer às fls. 293/298, assim ementado:

**RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. REGRAS RESTRITIVAS PREVISTAS NO EDITAL. RE N. 635.739/AL. REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA DAS ALEGADAS IRREGULARIDADES. NÃO DEMONSTRADA A**

**LIQUIDEZ E CERTEZA DO DIREITO POSTULADO.**

*- Parecer pelo desprovimento do recurso. (fl. 293).*

Recurso tempestivo, com representação regular (fl. 18).

Custas recolhidas (fls. 265/268).

**É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.**

Em que pese a irresignação do recorrente, não lhe assiste razão.

Em obra conjunta, Eduardo CAMBI, Rogéria DOTTI, Paulo Eduardo d'Arce PINHEIRO, Sandro Gilbert MARTINS e Sandro Marcelo KOZIKOSKI ensinam que, *"por força do princípio da dialeticidade, se exige que o recorrente apresente os motivos específicos de seu inconformismo, declinando os fundamentos que demandam a anulação, reforma ou integração da decisão recorrida"*, razão pela qual, segundo os mesmos doutrinadores, *"há um ônus intrínseco a ser observado pelo recorrente, qual seja: a impugnação dos fundamentos da decisão judicial, sob pena de não conhecimento do recurso"* (Curso de processo civil completo. São Paulo: RT, 2017, p. 1470).

Também a consolidada jurisprudência do STJ assinala que, *"pelo princípio da dialeticidade, se impõe à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido"* (AgInt no RMS 58.200/BA, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, 1ª Turma, DJe 28/11/2018).

No caso ora examinado, o recorrente **não** logrou se desvencilhar de tal encargo, como a seguir se demonstrará.

O acórdão recorrido se erigiu, essencialmente, sobre três premissas:

- (i) a ausência de prova pré-constituída e do direito líquido e certo autoriza o julgamento monocrático, à luz da legislação específica;
- (ii) aplica-se ao caso o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser constitucional a utilização da regra de barreira em concursos públicos, RE

# *Superior Tribunal de Justiça*

635.739, com repercussão geral;

(iii) não houve excesso na atuação administrativa, quando esta observou rigorosamente o estabelecido no art. 66, da Resolução n. 05/2014-COJ c/c a cláusula XII, item 2, do Edital n. 002/2014, do Ministério Público do Estado do Pará, uma vez que o candidato não alcançou a nota mínima de seis pontos na média final do certame.

Todavia, na hipótese destes autos, não cuidou o recorrente de impugnar, de forma específica e fundamentada, as bases jurídicas do acórdão questionado, especialmente no que concerne ao fundamento de que não houve excesso na atuação administrativa, uma vez que o candidato não alcançou a nota mínima de seis pontos na média final do certame.

Nesse contexto, bem se vê o divórcio entre os fundamentos do aresto combatido e a linha argumentativa veiculada pela peça recursal.

A propósito:

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONCURSO PÚBLICO. FORMAÇÃO PROFISSIONAL. BACHARELADO EM DIREITO. PREVISÃO APENAS EM REGRAMENTO EDITALÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DO CERTAME. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO ESTABELECIDO EM PRECEDENTE. REPERCUSSÃO GERAL. RE 600.855/RS. RAZÕES RECURSAIS. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE.*

*1. Entre a motivação utilizada como fundamento do julgamento e as razões do recurso que impugna tal decisão deve haver relação de congruência, de maneira a permitir que o órgão com competência recursal possa examinar a juridicidade da "ratio decidendi", pena de inobservância do ônus da dialeticidade.*

*2. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no RMS 56.965/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 31/10/2018)**

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA.*

*1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões*

# Superior Tribunal de Justiça

*publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).*

*2. Pelo princípio da dialeticidade, impõe-se à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido. 3.*

*Incidem as Súmulas 283 e 284 do STF, em aplicação analógica, quando não impugnado fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido, sendo considerada deficiente a fundamentação do recurso.*

*4. Agravo desprovido.*

**(AgInt no RMS 58.200/BA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/11/2018)**

Assim, essa falta de combate específico e integral a todos os fundamentos do acórdão recorrido, irregularidade formal violadora do princípio da dialeticidade, impede, só por si, o conhecimento do recurso ordinário.

**ANTE O EXPOSTO**, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC, e 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço** do presente recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**  
Relator